

RELATO DE EXPERIÊNCIA - EIXO 2 - ENCONTROS E DESENCONTROS DO  
SISTEMA DE SAÚDE COM OS SABERES E PRÁTICAS QUE VÊM DAS  
MARGENS

**A TRAJETORIA DE UM GESTANTE NO SUS: BARREIRAS AO ACESSO,  
VIOLENCIAS INSTITUCIONAIS E POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO  
PELO CUIDADO EM SAÚDE**

*Sergio Resende Carvalho (sergiorc@unicamp.br)*

*Cláudia Helena De Oliveira Rego (draclaudiarego@terra.com.br)*

*Sara Vieira Sabatine Antunes (saravs@unicamp.br)*

*Ricardo Sparapan Pena (ricardopena@id.uff.br)*

*Suane Felipe Soares (suane@unicamp.br)*

*Juliana Luporini Do Nascimento (jlupo@unicamp.br)*

*Rodolfo Podversek Reis (rprctt@gmail.com)*

*Jonatas Justino (c125768@unicamp.br)*

*Gustavo Tenório Cunha (gutc@unicamp.br)*

*Daniele Pompei Sacardo (dsacardo@unicamp.br)*

Esse trabalho descreve a trajetória de um homem transexual gestante e analisa as violências institucionais e as possibilidades de mudança no SUS. O caso revela o despreparo dos serviços para lidar com situações que envolvem a diversidade. O paciente negro, em uso de testosterona, descobriu gravidez não planejada e iniciou pré-natal tardiamente após diversos constrangimentos em

seu centro de saúde. Enfrentou insegurança diante da possibilidade de transfobia; atraso em diagnósticos e tratamentos, problemas burocráticos que exigiram autonegação de sua identidade para emissão de guia de cesárea e episódios de constrangimento durante sua internação e puerpério. A análise classifica barreiras em três dimensões: transfobia estrutural expressa em comportamentos que naturalizam a exclusão, em consonância com a noção de violência simbólica ( Bourdieu,1998), transfobia por arranjos binários dos serviços, que limita o acesso a banheiros, enfermarias, e fluxos organizados apenas para homens e mulheres, reforçando a condição de vida precária ( Butler,2019) e a transfobia por desinformação, resultante da falta de formação em saúde trans, o que compromete vínculo, diagnóstico e tratamento. Foi utilizada a ferramenta usuário guia para mapear instituições do SUS e suas tensões políticas, deixando evidente que o problema central não está no corpo gestante, mas no próprio SUS que ainda não garante cuidado integral, universal e equânime a população trans. A Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2011) constitui um marco importante, mas sua implementação é frágil. Nesse contexto a Educação Permanente em Saúde (Portarias nº 198/2004 e nº 1.996/2007) emerge como uma ferramenta estratégica não apenas para capacitação técnica, mas para fomentar reflexão crítica, transformação institucional e protagonismo trans na formulação do cuidado.

Palavras-chave: transexualidade; transfobia; saúde pública; educação permanente.